

TARSO CABRAL VIOLIN

**TERCEIRO SETOR E AS PARCERIAS COM A ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA
uma análise crítica**

Editora Fórum

Belo Horizonte, 2006

Localização: 061.2:35(81)

V795t

Código de barras: STJ00066798

CATALOGAÇÃO NA FONTE

V832t Violin, Tarso Cabral
Terceiro setor e as parcerias com a Administração Pública
: uma análise crítica / Tarso Cabral Violin. Belo Horizonte :
Fórum, 2006.
306 p.

ISBN 85-7700-017-6

1. Terceiro setor- Brasil. 2. Parceria público-privada -
Brasil. 3. Administração Pública - Brasil. 4. Concessão de
serviços públicos. I. Título.

CDD:351

CDU: 351(81)

SUMÁRIO

Prefácio	
Romeu Felipe Bacellar Filho	15
Introdução	19
<i>Capítulo 1</i>	
0 Estado e a Administração Pública	25
1.1 O Estado, o Governo e a Administração Pública	26
1.1.1 A reforma do Estado, por Boa Ventura de Souza Santos	29
1.1.2 O Estado social	33
1.1.2.1 Os serviços públicos sociais	36
1.1.2.2 O fomento	40
1.1.3 O Estado e o neoliberalismo	43
1.1.3.1 A democracia e o neoliberalismo, por Celso Antonio Bandeira de Mello	55
1.1.4 O princípio da subsidiariedade e o Estado social	58
1.2 Da Administração Pública patrimonialista à Administração Pública gerencial e a burocracia	67
1.2.1 Administração Pública patrimonialista	67
1.2.2 Administração Pública burocrática	69
1.2.3 Administração Pública gerencial	80
1.2.3.1 O neoliberalismo e a reforma gerencial, por Carlos Montano	92
1.2.3.2 O plano diretor da reforma do aparelho do Estado	94
1.2.3.3 Os serviços sociais ou não exclusivos no gerencialismo e a chamada "publicização"	98
<i>Capítulo 2</i>	
0 "Terceiro Setor" e a Sociedade Civil	105
2.1 A sociedade civil e o Estado ampliado, por António Gramsci	105
2.2 O "terceiro setor"	116
2.2.1 Definição do "terceiro setor"	117
2.2.1.1 As organizações não-governamentais – ONGs	118
2.2.2 Histórico do "terceiro setor"	120
2.2.3 Considerações gerais sobre o "terceiro setor"	122
2.2.4 A inadequação da expressão "terceiro setor"	128
2.2.5 Os atores componentes do "terceiro setor"	131
2.2.5.1 Os movimentos sociais	132
2.2.5.2 Entidades de benefício mútuo e de benefício público	135

Localização: 061.2:35(81)

V795t

Código de barras: STJ00066798

2.2.5.3	As cooperativas	136
2.2.5.4	A "responsabilidade social" do mercado	139
2.2.6	Críticas negativas ao ideário neoliberal do "terceiro setor"	141
2.2.7	Análise do "terceiro setor", por Boaventura de Souza Santos	152
2.2.8	Análise crítica do "terceiro setor", por Carlos Montano	157
2.2.9	Considerações sobre as esferas pública, privada e social	172
2.2.9.1	A esfera social, por Hannah Arendt	172
2.2.9.2	O público e o privado	182
2.3	As pessoas jurídicas sem fins lucrativos	186
2.3.1	Os institutos	187
2.3.2	As associações	187
2.3.3	As fundações privadas	188
2.4	As entidades paraestatais	189
2.4.1	Serviços sociais autônomos	194
2.5	Os títulos das organizações do "terceiro setor"	195
2.5.1	Utilidade pública	196
2.5.2	Entidades beneficentes de assistência social	198
2.5.3	Organização social – OS	200
2.5.4	Organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP	210

Capítulo 3

	As Parcerias do "Terceiro Setor" com a Administração Pública	221
3.1	Os contratos administrativos	224
3.1.1	Licitação	226
3.1.2	Dispensa de licitação	228
3.1.3	As parcerias público-privadas – PPPs	232
3.2	Os convênios	236
3.2.1	A natureza jurídica dos convênios	243
3.2.2	Necessidade ou não de licitação para celebração de convênios	247
3.3	Os contratos de gestão	250
3.3.1	Histórico dos contratos de gestão	250
3.3.2	Os contratos de gestão firmados pelas organizações sociais no Brasil	253
3.3.3	A natureza jurídica dos contratos de gestão celebrados com as organizações sociais	257
3.3.4	Licitação para a celebração dos contratos de gestão com as organizações sociais	260
3.3.5	Necessidade de licitação para as contratações realizadas pelas organizações sociais com dinheiro público	261

3.4	Os termos de parceria	263
3.4.1	A natureza jurídica dos termos de parceria	267
3.4.2	Concurso de projetos e necessidade de licitação para a celebração dos termos de parceria	268
3.4.3	Obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pelas OSCIPs com dinheiro público	272
	Conclusão	275
	Referências	293